

Medida Provisória nº 510, de 2010

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória no 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade - Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Determina que, quanto aos tributos federais, os consórcios cumprirão as respectivas obrigações tributárias sempre que realizarem negócios jurídicos em nome próprio; atribui às empresas consorciadas responsabilidade solidária pelas obrigações tributárias federais decorrentes dos negócios jurídicos acima referidos; afasta, quanto às obrigações tributárias federais, a incidência do § 1º do art. 278 da Lei nº 6404/76 que estatui que o consórcio não tem personalidade jurídica e que as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade; altera o art. 31 da Medida Provisória nº 497/2010 para especificar o primeiro dia do oitavo mês subsequente ao de publicação da referida medida provisória como marco inicial da equiparação a produtor ou fabricante, para efeitos da incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica comercial atacadista que adquirir, de pessoa jurídica com a qual mantenha relação de interdependência, produtos por esta produzidos, fabricados ou importados e que estejam relacionados no § 1º e § 1º-A do art. 2º da Lei no 10.833, de 2003; acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10168/2000 para isentar contratos da Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação quando o contratante for órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e o contratado for instituição de ensino ou pesquisa situada no exterior, para o oferecimento de curso ou atividade de treinamento ou qualificação profissional de servidores civis ou militares do respectivo ente estatal, órgão ou entidade; introduz artigo na Lei nº 10168/2000 para isentar de imposto sobre a renda na fonte as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior por órgãos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em razão de despesas contratuais com instituições de ensino e pesquisa relacionados a participação em cursos ou atividades de treinamento ou qualificação profissional de servidores civis ou militares do respectivo ente estatal, órgão ou entidade; define o dia 1º de janeiro de 2011 como marco inicial de vigência das alterações promovidas na Lei nº 10168/2000.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Medida Provisória nº 510, de 2010

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei**Último local:** 24/03/2011 - Plenário do Senado Federal (PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN)**Destino:** À sanção**Último estado:** 24/03/2011 - TRANSFORMADA EM PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Matérias Relacionadas:**

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 6 de 2011

TRAMITAÇÃO

24/03/2011 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO**Situação:** TRANSFORMADA EM PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Ação:** Esta matéria passa a tramitar como Projeto de Lei de Conversão - PLV 0006 2011.**24/03/2011** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Ação:** Encaminhado ao PLEG para autuar o PLV 6/2011.**24/03/2011** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**Ação:** Remessa ao Senado Federal através do Of. nº 34/11/PS-GSE.**22/03/2011** PLEN - Plenário**Ação:** Discussão em turno único.

Retirados pelo autor, Dep. Pauderney Avelino, na qualidade de Líder do DEM, os requerimentos que solicitam a retirada de pauta desta Medida Provisória, que seja concedido prazo até a sessão ordinária seguinte para apreciação desta Medida Provisória, que a discussão seja feita por grupo de artigos, que a votação seja feita artigo por artigo e que as emendas sejam votadas uma a uma. Retirados pelo autor, Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, os requerimentos que solicitam que a discussão seja feita por grupo de artigos, que a votação seja feita artigo por artigo e que as emendas sejam votadas uma a uma.

Parecer proferido em Plenário e entregue à Mesa pelo Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das Emendas de nºs 1 a 4; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da Emenda de 11; e, no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 1 a 4, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição da Emenda de nº 11.

Apresentação do Projeto de Lei de Conversão n. 6/2011, pelo Deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que: "Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas".

Parecer reformulado em Plenário e entregue à Mesa pelo Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ), pela Comissão Mista, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com alterações.

Discutiu a Matéria o Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM).

Encerrada a discussão.

Retirado pelo autor, Dep. Vanderlei Macris, na qualidade de Vice- Líder do PSDB, o requerimento que solicita o adiamento da votação por duas sessões.

Retirado o destaque de bancada do PPS para votação em separado da expressão "relacionados" constante do § 6.º do art. 5.º desta Medida Provisória.

Retirado o destaque da bancada do DEM para votação em separado do art. 5.º do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

Votação preliminar em turno único.

Encaminhou a Votação o Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM).

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda de n.º 11, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Em consequência, a Emenda de nº 11 deixa de ser submetida a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do

TRAMITAÇÃO

RICD.
Votação em turno único.
Aprovada a Medida Provisória n.º 510, de 2010, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 510-A/10) (PLV 6/11).

16/03/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

15/03/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

02/03/2011 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.

01/03/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

23/02/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 503/10, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
Discussão em turno único.
Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

22/02/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 502/10, com prazo encerrado.

09/02/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

08/02/2011 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV n.º 504, de 2010, com prazo encerrado.

21/12/2010 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo Srs. Líderes.

TRAMITAÇÃO

08/12/2010 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

01/12/2010 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 501/10, com prazo encerrado.

30/11/2010 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

24/11/2010 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

23/11/2010 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 495/10, com prazo encerrado.

23/11/2010 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Despacho exarado nas emendas apresentadas à MPV 510/10: "Com fundamento no art. 4º, § 4º, da Resolução n. 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, indefiro liminarmente as Emendas n. 5, 6, 7, 8, 9 e 10 apresentadas à Medida Provisória n. 510/2010, por versarem sobre matéria estranha, tudo em conformidade com a decisão desta Presidência proferida à Questão de Ordem n. 478/2009. Publique-se. Oficie-se."DCD de 24/11/10 PÁG 46315 COL 02.

17/11/2010 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/11/2010 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Avulso Inicial
Publicação do despacho no DCD do dia 17/11/10 PÁG 43769 COL 01.

16/11/2010 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

12/11/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o Ofício CN nº 462, de 12 de novembro de 2010, encaminhando o processado da referida Medida Provisória ao Presidente da Câmara dos Deputados, conforme o art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda

TRAMITAÇÃO

Constitucional nº 32 (fls. 55).

À CD

12/11/2010 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o OF. nº 462/2010, do Congresso Nacional, que enaminha o processado da Medida Provisória nº 510/2010. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 11 (onze emendas) e a Comissão Mista referida no caput do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN não se instalou.

12/11/2010 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação da Mensagem n. 631/2010, pelo Poder Executivo, que: "Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto da Medida Provisória nº 510/2010, que ' que 'Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol.- RECOM; acresce dispositivos à Lei n.10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à inovação; e dá outras providências".

11/11/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 14h50.

11/11/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Secretaria de Expediente com destino à Câmara dos Deputados (§ 8º, do art. 62 da Constituição Federal), tendo em vista o término do prazo na Comissão Mista.

11/11/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntada fls. 54, referente à cópia da página da Ordem do Dia do Congresso Nacional do dia 11-11-2010, contendo a composição da Comissão Mista.

11/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental, sem instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN para as devidas providências

09/11/2010 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência designa o Deputado Nelson Proença, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à presente medida provisória, de conformidade com o Ofício nº 191/2010, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.
À SACM.

Publicado no DSF Páginas 49258

09/11/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário.

TRAMITAÇÃO

09/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: À SSCLCN, a pedido.

09/11/2010 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Publicação do termo de reunião no Diário do Senado Federal de 10/11/2010.
À SACM.

Publicado no DSF Páginas 49816

09/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Convocada Reunião para 09/11/10, a Comissão não se instalou por falta de quorum. Sem a presença de membros, conforme Lista de Presença e Termo de Reunião às fls. 46 a 50.
Encaminhado à SSATA o Termo de Reunião para publicação.

09/11/2010 PRESI - Presidência da Câmara dos Deputados

Ação: Designado Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às emendas apresentadas.

08/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Anexada convocação para a reunião de instalação da Comissão Mista.

***** Retificado em 08/11/2010*****
às fls. 45.

05/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexado Nota Técnica, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, atendendo o disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.
(fls.42 a 44)

05/11/2010 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Publicação das Emendas nºs 1 a 11, no Diário do Senado Federal de 06 de novembro de 2010.
Encaminhadas à SEEP cópias das emendas para confecção de avulsos.
Ao SACM.

Publicado no DSF Páginas 49009-49030

05/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental foram oferecidas 11 (onze) emendas à Medida Provisória de autorias dos Senhores Parlamentares: Deputado Eduardo Sciarra é DEM 002, 006; Deputada Gorete Pereira é PR 004; Deputado Hugo Leal é PSC 005; Deputado Luiz Carlos Hauly é PSDB 001, 003; Deputado Odair Cunha é PT 009, 010, 011; e Deputado Sandro Mabel é PR 007, 008. Encaminhada uma cópia à SSATA para confecção dos avulsos e publicação.
(às fls. 20 a 41)

Publicado no DSF Páginas 49009-49030

TRAMITAÇÃO

05/11/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Anexado o Ofício CN n.º 452, de 05/11/10, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando composição e calendário para tramitação da matéria (fl. 19).

À SACM.

05/11/2010 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN**Ação:** À SEXP, a pedido.**05/11/2010** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** À Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas, a pedido.**03/11/2010** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Recebido neste órgão às 19h33.**03/11/2010** CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação:** O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de outubro de 2010, e publicou no dia 29 do mês e ano, a presente Medida Provisória.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Alvaro Dias (PSDB)

Jayme Campos (DEM)

Suplentes

1. Lúcia Vânia (PSDB)

2. Rosalba Ciarlini (DEM)

3. Cícero Lucena (PSDB)

4. Efraim Moraes (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB)

Francisco Dornelles (PP)

Almeida Lima (PMDB)

1. Valdir Raupp (PMDB)

2. Valter Pereira (PMDB)

3. Regis Fichtner (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT)

João Ribeiro (PR)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

1. Marcelo Crivella (PRB)

2. Inácio Arruda (PCdoB)

3. Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello

1. Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias

1. Acir Gurgacz

*PV

Marina Silva

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

Titulares

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves (PMDB)

Suplentes

1. Carlos Willian (PTC)

TRAMITAÇÃO

Fernando Ferro (PT)	2. Vinícius Carvalho (PTdoB)
João Pizzolatti (PP)	3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR)	4. Anselmo de Jesus (PT)
Jovair Arantes (PTB)	5. Celso Russomanno (PP)
Hugo Leal (PSC)	6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)	
João Almeida (PSDB)	1. Vic Pires Franco (DEM)
Paulo Bornhausen (DEM)	2. Arnaldo Jardim (PPS)
Fernando Coruja (PPS)	3. Bruno Araújo (PSDB)
Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)	4. Felipe Maia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)	
Márcio França (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Brizola Neto (PDT)	2. Fábio Faria (PMN)

*PSOL	
Ivan Valente	1. Chico Alencar

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 29-10-2010
- Designação Prevista da Comissão: 3-11-2010(SF)
- Instalação Prevista da Comissão: 4-11-2010
- Emendas: até 4-11-2010 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 29-10-2010 a 11-11-2010 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 11-11-2010
- Prazo na CD: de 12-11-2010 a 25-11-2010 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 25-11-2010
- Prazo no SF: de 26-11-2010 a 9-12-2010 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 9-12-2010
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10-12-2010 a 12-12-2010 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13-12-2010 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 6-2-2011

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.
À SEXP.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Publicado no DSF Páginas 48710-48711

03/11/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário para leitura, constituição da Comissão Mista e comunicação do calendário de tramitação.

03/11/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 510/2010:

- Publicação no DO: 29-10-2010 (Ed. Extra)
- Designação Prevista da Comissão: 3-11-2010
- Instalação Prevista da Comissão: 4-11-2010
- Emendas: até 4-11-2010 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 29-10-2010 a 11-11-2010 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 11-11-2010
- Prazo na CD: de 12-11-2010 a 25-11-2010 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 25-11-2010
- Prazo no SF: de 26-11-2010 a 9-12-2010 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 9-12-2010
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10-12-2010 a 12-12-2010 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13-12-2010 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 6-2-2011 (60 dias)

TRAMITAÇÃO

03/11/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntadas fls 03 a15, referentes à Mensagem nº 166/2010-CN (nº 631/2010, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida nº 510, de 2010, incluindo a legislação citada.

03/11/2010 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Publicação inicial no DCD de 04/11/10 PAG 41006 COL 01.

29/10/2010 CN-PLLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 02 (duas) folhas numeradas e rubricadas. À SSCLCN.

Publicado no DOU Páginas 1

29/10/2010 CN - CONGRESSO NACIONAL

Ação: Prazo para Emendas: 30/10/2010 a 04/11/2010. Comissão Mista: 29/10/2010 a 11/11/2010. Câmara dos Deputados: 12/11/2010 a 25/11/2010. Senado Federal: 26/11/2010 a 09/12/2010. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 10/12/2010 a 12/12/2010. Sobrestar Pauta: a partir de 13/12/2010. Congresso Nacional: 29/10/2010 a 06/02/2011. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 07/02/2011 a 07/04/2011.

29/10/2010 EXEC - Poder Executivo

Ação: Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 510/2010

Data: 28/10/2010

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória no 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade - Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 03/11/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de outubro de 2010, e publicou no dia 29 do mês e ano, a presente Medida Provisória.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de

DOCUMENTOS

emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Alvaro Dias (PSDB)

Jayme Campos (DEM)

Suplentes

1. Lúcia Vânia (PSDB)

2. Rosalba Ciarlini (DEM)

3. Cícero Lucena (PSDB)

4. Efraim Moraes (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB)

Francisco Dornelles (PP)

Almeida Lima (PMDB)

1. Valdir Raupp (PMDB)

2. Valter Pereira (PMDB)

3. Regis Fichtner (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT)

João Ribeiro (PR)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

1. Marcelo Crivella (PRB)

2. Inácio Arruda (PCdoB)

3. Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello

1. Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias

1. Acir Gurgacz

*PV

Marina Silva

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

Titulares

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves (PMDB)

Fernando Ferro (PT)

João Pizzolatti (PP)

Sandro Mabel (PR)

Jovair Arantes (PTB)

Hugo Leal (PSC)

Suplentes

1. Carlos Willian (PTC)

2. Vinícius Carvalho (PTdoB)

3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)

4. Anselmo de Jesus (PT)

5. Celso Russomanno (PP)

6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

João Almeida (PSDB)

Paulo Bornhausen (DEM)

Fernando Coruja (PPS)

Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)

1. Vic Pires Franco (DEM)

2. Arnaldo Jardim (PPS)

3. Bruno Araújo (PSDB)

4. Felipe Maia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB)

Brizola Neto (PDT)

1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)

2. Fábio Faria (PMN)

*PSOL

Ivan Valente

1. Chico Alencar

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

-Publicação no DO: 29-10-2010

-Designação Prevista da Comissão: 3-11-2010(SF)

-Instalação Prevista da Comissão: 4-11-2010

-Emendas: até 4-11-2010 (6 dias após a publicação)

-Prazo na Comissão: 29-10-2010 a 11-11-2010 (14º dia)

-Remessa do processo à CD: 11-11-2010

-Prazo na CD: de 12-11-2010 a 25-11-2010 (15º ao 28º dia)

-Recebimento previsto no SF: 25-11-2010

-Prazo no SF: de 26-11-2010 a 9-12-2010 (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: 9-12-2010

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10-12-2010 a 12-12-2010 (43º ao 45º dia)

DOCUMENTOS

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13-12-2010 (46º dia)
-Prazo final no Congresso: 6-2-2011

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.
À SEXP.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Avulso de emendas

Data: 05/11/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Publicação das Emendas nºs 1 a 11, no Diário do Senado Federal de 06 de novembro de 2010.
Encaminhadas à SEEP cópias das emendas para confecção de avulsos.
Ao SACM.

Quadro Comparativo

Data: 01/03/2011

Autor: -

Local: null